



## William Waack O futuro distante

**P**ara um estrangeiro participando do Fórum Econômico Mundial, em Davos, o Brasil não deve ter sido um país fácil de ser decifrado. Num mesmo dia ele ouviu do ministro de Minas e Energia que o petróleo continuará sendo – e muito – explorado. E da ministra do Meio Ambiente que negará permissões para mais exploração de petróleo.

Ouvindo de ambos que o Brasil é “a” solução para o investimento privado na transição de energia (leia-se economia verde). Seria por tentar ressuscitar o capitalismo de Estado e projetos estatais da velha indústria pesada, com seu direcionamento para

os tais “campeões nacionais”, como desconfia o *Financial Times* (muito lido pela turma que frequenta Davos), que seja a aposta do presidente Lula?

Falar de mudança climática gera tráfego copioso e gratuito na internet, mas, a julgar por outro material publicado em Davos – pesquisa da Fundação Dom Cabral e do próprio Fórum sobre o futuro do crescimento –, o buraco para a economia brasileira é bem mais embaiado. Mais uma vez o País despenca nesse tipo de análise por suas incomparáveis potencialidades (água e produção de alimentos) e suas imensas fragilidades.

A principal é ligada ao “ecos-

sistema tecnológico”, conceito que engloba tanto os clássicos como inovação e desenvolvimento de tecnologias quanto a formação de capital humano e

**O Brasil oferece a imagem de um país que não sabe explorar seu potencial**

ambiente de negócios (tributação, propriedade intelectual e regulação). Apenas no quesito capital humano calcula-se que 44% das habilidades dos trabalhadores no Brasil devem sofrer alterações nos próximos cinco

anos e 60% da força de trabalho vai necessitar de treinamento.

Como se vê, a questão não se reduz a afinar discursos entre áreas com visões conflitantes da exploração de recursos. Todo mundo reconhece que investimento em infraestrutura, educação e formação de capital humano é fator essencial para crescimento em qualquer lugar do planeta, mas não explica tudo.

O diferencial essencial, conclui o texto da Dom Cabral, são gestão pública e investimentos que garantam melhor ambiente de negócios, estimulem novas empresas, atraíam capital externo e tenham impacto na renda per capita. Nesse sentido, o Bra-

sil tem tido grandes dificuldades e, apesar do sucesso de setores como aeronáutica e agricultura/pecuária, no seu conjunto é uma área estagnada em relação às principais economias.

A percepção de que o Brasil se move pouco, embora desfrutasse de fatores favoráveis (inclusive geopolíticos), surge em outro levantamento publicado em Davos, feito entre executivos, dando conta de certa decepção em relação ao País como lugar estratégico. Devem estar se perguntando por que demoramos tanto para chegar ao futuro. ●

JORNALISTA E APRESENTADOR  
DO PROGRAMA WW, DA CNN

SEG. Carlos Pereira e Diogo Schelp (quintzenalmente) • TER. Eliane Cantanhêde • QUA. Vera Rosa e Marcelo Godoy (quintzenalmente) • QUI. William Waack • SEX. Eliane Cantanhêde • DOM. Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

### Mudanças na pasta

# Sarrubbo vai assumir Segurança Pública do Ministério da Justiça

**Com atuação focada no combate ao crime organizado, chefe do Ministério Público Paulista foi convidado por Lewandowski**

PEPITA ORTEGA  
FAUSTO MACEDO

O procurador-geral de Justiça de São Paulo, Mario Sarrubbo, vai assumir a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça na gestão de Ricardo Lewandowski. O *Estado* apurou que o chefe do Ministério Público paulista teve encontro reservado com Lewandowski e o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes, na semana passada. O convite foi feito e o procurador aceitou. Agora, Sarrubbo ajusta detalhes do cargo e aguarda Lewandowski anunciar, formalmente, a equipe que o acompanhará ao Ministério da Justiça, braço sensível do governo.

Com a provável confirmação de Sarrubbo como secretário de Segurança Pública, a expectativa, nos bastidores, é a de que o atual procurador-geral de Justiça leve para o Ministério da Justiça o “estilo” de combate firme ao crime organizado. Durante seus mandatos como procurador-geral de Justiça (2020-2024), Sarrubbo fortaleceu o Grupo de Atuação

Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), braço da Promotoria que mira organizações dedicadas ao tráfico de drogas e armas, à lavagem de dinheiro e à corrupção.

**TROCA.** No Ministério da Justiça, Sarrubbo deve usar essa experiência. A Secretaria Nacional de Segurança Pública assessora o ministro na implementação da Política Nacional de Segurança Pública e dos chamados Programas Federais de Prevenção Social e Controle da Violência e Criminalidade. Cabe ao secretário promover a integração das forças policiais nos Estados, com definição de metas contra a criminalidade. Atualmente, a pasta é chefiada pelo ex-deputado Tadeu Alencar (PSB). A saída de Alencar, indicado para o posto pelo atual titular da Justiça, Flávio Dino, já era esperada.

Dino vai se desfiliar do PSB para assumir, em 22 de fevereiro, a vaga deixada por Rosa Weber no Supremo. Na semana passada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva confirmou o nome de Lewandowski no Ministério da Justiça. Ex-presidente do Supremo, o ministro aposentado tem um histórico de votos favoráveis a petistas ao longo dos 17 anos em que atuou na Corte.

**INTERINO.** Caso a saída de Sarrubbo da Procuradoria-Geral

de Justiça se concretize, assume o cargo interinamente o decano do Conselho Superior do Ministério Público de São Paulo, Fernando José Martins.

Oficialmente, o mandato do procurador-geral de Justiça termina em abril, quando serão realizadas as eleições internas para uma lista tríplice de candidatos à sucessão de Sarrubbo. Depois, caberá ao governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) escolher um dos nomes indicados pelos pares.

Se ainda faltam meses para as eleições internas do Ministério Público de São Paulo, as campanhas dos candidatos à Procuradoria-Geral de Justiça já começaram. Atualmente, três procuradores estão no pa-

**Equipe  
Lewandowski se reuniu com Sarrubbo e Moraes na semana passada, quando foi confirmado na Justiça**

reo: Paulo Sérgio Oliveira e Costa, ex-diretor da Escola Superior do Ministério Público; José Carlos Cosenzo, subprocurador-geral de Justiça de Políticas Criminais; e Antônio Carlos da Ponte, ex-secretário do Conselho Superior do Ministério Público.

Paulo Sérgio Oliveira e Costa e José Carlos Cosenzo são os nomes da situação, apoiados



O atual procurador-geral de Justiça de São Paulo, Mario Sarrubbo

dos por Sarrubbo. Antônio Carlos da Ponte, que chegou a disputar o pleito em 2020, é o representante da oposição.

**GAECO.** Para assumir a secretaria do Ministério da Justiça, Sarrubbo terá de se aposentar do Ministério Público. Paulistano, ele atua no Ministério Público do Estado há mais de 30 anos. Atuou na Procuradoria de Justiça Criminal e foi alçado a subprocurador-geral de Políticas Criminais do órgão. Durante sua gestão na área, foram realizadas cerca de 500 operações do Gaeco.

No Gaeco, Sarrubbo implementou a chamada “política da trílice vertente” de combate às organizações criminosas, que tem como diretriz o enfrentamento dos três pilares básicos desses grupos: crime organizado, lavagem de dinheiro e corrupção de agentes públicos. Em abril de 2020, o procurador foi escolhido pelo então governador João Doria para suceder a Gianpaolo Smanio na chefia do Ministério Público paulista. Foi reconduzido ao cargo em 2022 pelo governador Rodrigo Garcia. ●

**Supremo não é órgão político no sentido partidário, diz Barroso**

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Luís Roberto Barroso, disse ontem que o STF é um tribunal cujas decisões têm repercussão política, mas não é um órgão relacionado à política partidária.

“Não dá para dizer que não tem repercussão política o que a gente faz. É político na medida em que a Constituição materializa escolhas feitas pelo País, mas nunca no sentido partidário”, afirmou ele ao *Estado/Broadcast* e à CNN durante o Fórum Econômico Mundial, em Davos.

O ministro fez o comentário após ser questionado sobre fala do presidente Luiz Inácio Lula da Silva da última quinta-feira, quando o chefe do Executivo elogiou a “cabeça política” de Flávio Dino, novo ministro do Supremo. ● JOÃO CAMINOTTO; COLABOROU GUSTAVO NICOLETTA